



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO III

Disposições relativas à Administração Pública e ao sector público empresarial

SECÇÃO II

Outras disposições sobre trabalhadores

Artigo 20.º-A

Medidas de combate à carência de professores, educadores e técnicos especializados na Escola Pública

1 – Nos anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025 o Governo, através do Ministério da Educação, aprova um conjunto de medidas para fazer face à carência de professores, educadores e técnicos especializados nos estabelecimentos públicos educação e de ensino, considerando, entre outras, as seguintes medidas:

- a) Reforço do crédito horário de acordo com as necessidades sinalizadas pelas escolas, com vista entre outros, ao apoio educativo, à coadjuvação de aulas e equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, a considerar na componente letiva;
- b) Possibilidade de as escolas completarem os horários incompletos que ainda não foram preenchidos com atribuição de componente letiva;
- c) Garantia de atribuição de complemento de alojamento e deslocação, de acordo com os seguintes critérios:
 - i) Atribuição de complemento mensal de alojamento até ao limite de 700€ e comprovado por recibo, a todos os professores contratados e técnicos



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

especializados cuja escola de provimento esteja localizada a uma distância igual ou superior a 50 km da residência habitual;

- ii) Atribuição de um complemento de deslocação, correspondente ao montante efetivamente despendido, a todos os professores contratados e técnicos especializados cuja escola de provimento esteja localizada a uma distância igual ou superior a 50 km da residência habitual;

2 – O disposto na subalínea ii), da alínea c) do n.º 1 pode ser efetuado com recurso ao reembolso, de acordo com o previsto na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, na sua redação atual:

- a) Do valor das passagens, no caso da utilização de transportes coletivos, ou
- b) do valor do número de quilómetros percorridos, no caso da utilização de viatura própria.

Assembleia da República, 9 de novembro de 2023

Os Deputados,

Alfredo Maia; Duarte Alves; Bruno Dias; Paula Santos; Alma Rivera; João Dias

Nota Justificativa:

A falta de professores, educadores e técnicos especializados na Escola Pública tem vindo a ser sinalizada e vivida de uma forma particularmente preocupante em determinados grupos de recrutamento de docentes.

Neste momento, face ao agravamento do custo de vida, à permanente instabilidade e aos baixos salários, muitos destes trabalhadores acabam por não aceitar a colocação em horários incompletos longe das suas residências.

No início deste ano letivo chegaram a ser cerca de 100 000 os alunos sem pelo menos um professor a uma disciplina, na semana de 16 a 20 de outubro o número de alunos estava nos 45 000. As medidas tomadas pelo Governo vieram tarde e não foram suficientes para resolver este problema.

Esta é uma questão multifacetada, que inclui também questões que devem ser ponderadas ao nível da formação inicial, do acesso à profissão e da valorização da carreira. A tudo isto acresce a enorme necessidade de rejuvenescimento e supressão das carências que serão geradas pela aposentação de milhares de professores e educadores a breve trecho.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Há questões de fundo que apenas serão superadas com uma grande alteração ao regime de seleção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário.

No entanto, há medidas urgentes que podem e devem ser tomadas para combater a realidade que persiste de alunos sem professores a várias disciplinas. Tal como é necessário garantir o apoio específico, a cada criança e jovem, de acordo com as suas necessidades específicas, em especial as com necessidades educativas específicas e de outras nacionalidades. É necessário garantir que os professores que estão na Escola Pública não desistem da profissão e é urgente criar medidas que incentivem a resolução do problema que se vive agora.

Assim, o PCP propõe o reforço do crédito horário de acordo com as necessidades sinalizadas pelas escolas, a possibilidade de as escolas completarem os horários incompletos e a atribuição de complemento de alojamento e deslocação.